



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

LEI N° 690

DE 15

DE DEZEMBRO DE 1987

Assinatura

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PROMOVER A ADESÃO A GRUPOS DE CONSÓRCIO, COM O FIM DE ADQUIRIR EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS E/OU VEÍCULOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO - ACRE:

Faço saber que a Câmara Municipal de Rio Branco aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a adquirir equipamentos e/ ou veículos rodoviários, através da adesão e consequente subscrição a grupos de consórcio, conforme discriminação a seguir:

- 02 - Coletores compactores rebocáveis;
- 04 - Coletores compactadores, com chassi 0 Km;
- 10 - Motocortadora automóvel, corte frontal;
- 02 - Tanque lavador, irrigador, desabstrutor de galerias e equipado para combate à incêndio;
- 02 - Varredoras coletores de arrasto;
- 03 - Tratores de esteira de 130 HP;
- 01 - Trator de esteira de 160 HP;
- 01 - Máquina esparcidora para asfalto à frio;
- 02 - Caminhões equipados com sistema;
- 02 - Caminhões equipados com poliquindaste;
- 01 - Retroescavadeira.

Art. 2º - A adesão aos grupos de consórcio se farão exclusivamente mediante a formalização de Concorrência Pública, de acordo com as disposições do Decreto-Lei Federal nº 2.300, de 21 de novembro de 1986, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei Federal nº 2.348, de 24 de julho de 1987 e de acordo com a legislação aplicável à espécie.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO



Art. 3º - A despesa decorrente da aquisição do equipamento será objeto de contabilização considerando-se o valor oferecido a cada equipamento (estimativo) ao preço do dia, pela multiplicação do valor da primeira prestação ou cota pelo número de parcelas a pagar.

Art. 4º - As despesas resultantes das variações dos valores das prestações serão, contabilizadas no título "Serviços da dívida", a cada mês, de acordo com os valores apurados.

Art. 5º - As adesões a grupos de consórcio, que ficarão adestritas as vigências dos respectivos créditos, não poderão exceder a 5 (cinco) anos, prazo máximo estabelecido por Lei.

Art. 6º - Os investimentos decorrentes da aquisição dos equipamentos, poderão ser incluídos em orçamento plurianual.

Art. 7º - Os empenhos das despesas deverão ser elaborados globalmente, não obstante os pagamentos delas decorrentes ocorrem no exercício (parte) e nos exercícios subsequentes, mediante as inscrições em "Restos a Pagar" não processados. Nas hipóteses de reajustes de preços, haverão de ser feitos empenhos complementares, por estimativa, até o término da participação.

Art. 8º - São autorizadas as antecipações de prestações vencidas, a título de lances livres, desde que tais pagamentos, aos preços vigentes ao dia, liquidem parcelas finais de cada grupo, com o fim de abreviar a participação do Município no consórcio, tudo condicionado à existência de recursos financeiros disponíveis.

Art. 9º - O Chefe do Poder Executivo deverá fazer a previsão orçamentária e financeira antes da elaboração do edital de licitação.

Art. 10 - Fica o Prefeito Municipal autorizado a realizar operação de crédito com o fim de viabilizar os pagamentos dos lances iniciais, intermediários ou finais (antecipações de prestações vencidas), até o limite de Cz\$ 2.772.000,00 (DOIS MILHÕES, SETECENTOS E SETENTA E DOIS MIL CRUZADOS) junto à entidade financeira à própria firma administradora do Consórcio ou junto à empresa revendedora.

Art. 11 - Para o cumprimento da presente Lei, fica ainda o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito ou Créditos Adicionais, de natureza especial, até o montante de Cz\$..... das 90.000.000,00 (NOVENTA MILHÕES DE CRUZADOS) destinados à dobra



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

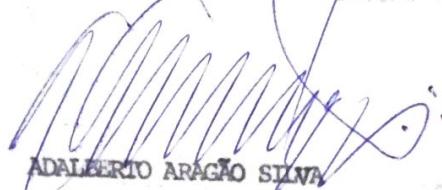
despesas a serem contratadas, à conta de dotações específicas e mediante as indicações de recursos adequados a serem indicados.

Art. 12 - Face ao princípio da continuidade administrativa que prevalece no serviço público, incumbe ao PREFEITO sucessor dar cumprimento ao pagamento das prestações remanescentes, até o término da participação nos grupos de consórcio.

Art. 13 - Para o cumprimento satisfatório do pagamento das prestações/cotas da adesão, poderão ser destinadas parte dos percentuais de participação de recursos financeiros destinados à Prefeitura Municipal do FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM ou OUTROS RECURSOS VINCULADOS OU NÃO, junto às entidades bancárias repassadoras.

Art. 14 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, ESTADO DO ACRE, EM 15 DE DEZEMBRO DE 1987.


ADALBERTO ARAGÃO SILVA

Prefeito Municipal.

